

## A dimensão cultural na política africana do Brasil (1960 – 2010)

Pedro Andrade Matos<sup>1</sup>

### Resumo

*Este artigo discute a dimensão cultural africana na política externa brasileira, a partir da década de 1960, quando são estabelecidas formalmente as relações políticas com os países africanos independentes. No tema da política externa, foi adotado o termo genérico “política africana do Brasil” para oficializar essas relações políticas, econômicas e culturais com o continente. O artigo investiga como governos brasileiros mobilizaram a ideia de partilha de laços histórico-culturais com a África para se relacionarem com os países do continente na formulação da política externa. Essa política externa africana se encontra enraizada em um discurso culturalista baseada no compartilhamento de um passado histórico e cultural e de um intenso intercâmbio comercial. Contudo, ao longo desse período a política africana do Brasil se caracteriza por certas incongruências da ideia de partilha cultural e da sua valorização no âmbito brasileiro.*

### Abstract

*This article discusses the African cultural dimension in Brazilian foreign policy from the 1960s, when the political relations with the independent African countries are formally established. The generic term “Brazil’s foreign policy towards Africa” was adopted to formalize these political, economic and cultural relations with the various countries of the continent. The article explores how Brazilian governments have mobilized the idea of sharing historical and cultural ties with the countries of the African continent when formulating Brazil’s foreign policy. This foreign policy is rooted in a culturalist discourse based on the sharing of a historical and cultural past and intense commercial exchange. However, throughout this period Brazil’s African policy is characterized by certain incongruities in terms of the idea of cultural sharing and its appreciation in Brazil.*

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara, onde realiza estágio pós-doutoral.

Nesse artigo, discute-se a relevância da dimensão cultural na política africana do Brasil a partir da década de 1960, quando são estabelecidas formalmente as relações políticas com os países africanos independentes, até 2010 durante o governo Lula (2003-2010), quando se consolida o que se convencionou denominar de política africana do Brasil (Saraiva 1993, 1996; Oliveira & Lessa 2006; Ribeiro 2007; Penna Filho & Lessa 2007; Lechini 2008; Saraiva 2011). O foco da análise são, portanto, os governos de Jânio Quadros e Lula por entender que estes criaram bases e fortaleceram ações importantes da política africana, explorando significativamente a dimensão cultural. Contudo, não se oblitera ações relevantes da política externa dos demais governos, por entender a política externa brasileira marcada pela continuidade.

Adota-se nesse trabalho uma definição abrangente de cultura como "soma de hábitos, costumes e realizações de um indivíduo, uma comunidade, um povo, ao longo de sua história" (Ribeiro 2011:29). Para esse artigo importa analisar, os campos dos hábitos, costumes, ideias, política, comércio e intercâmbios. De maneira específica, interessa compreender o intercâmbio (e tráfico) de africanos para o Brasil; a promoção e a divulgação da arte, música e de outros valores culturais africanos, assim como estabelecimento de projetos de cooperação e integração no âmbito da política externa durante o período informado. Nessa análise tenta-se captar percepções da sociedade civil por entender a política externa (Hill 2003:3) como uma política pública (Lima 2000).

Pergunta-se como ao longo do período recortado, governos brasileiros mobilizaram a ideia de partilha de laços histórico-culturais com a África para se relacionarem com os países do continente na formulação da política africana? Conforme Sombra Saraiva (1993), a política africana do Brasil está enraizada em um discurso culturalista, em que os países africanos e o Brasil se apresentam entrelaçados por uma "identidade espiritual", advinda do compartilhamento de um passado histórico e cultural e de um intenso intercâmbio comercial, mas também de ideias e diálogos políticos. No entanto, essa partilha se constituiu em "ilusões e ações que tornaram a política africana do Brasil um capítulo especial e distinto das demais políticas externas brasileiras" (Saraiva 1993: 219).

O artigo defende o argumento da autoria supracitada, considerando a política africana um termo guarda-chuva (genérico e impreciso) que conformou diferentes desenhos de política externa brasileira para países africanos a partir da dimensão cultural, porém, ao longo do período, depara-se com incongruências da ideia de partilha cultural e da sua valorização no âmbito brasileiro. Aqui importa analisar os seguintes aspectos: antecedentes

da política africana do Brasil com o intuito de informar e examinar, na primeira seção, os elementos históricos, culturais e políticos de uma aproximação Brasil-África para subsidiar a compreensão da política africana.

A partir desse entendimento, examina-se na segunda seção e suas subseções a política africana do Brasil no governo Jânio Quadros, explorando a sua implementação, a representação imagética das Áfricas na estrutura do Itamaraty e a configuração burocrática para investigar como estas influenciaram a formulação e o alcance da referida política. A terceira seção visa examinar se os aspectos da política africana foram mantidos nos governos militares, especialmente o discurso culturalista e quais desafios impingiu à diplomacia brasileira. A quarta seção concentra brevemente nos aspectos culturais da política africana dos governos Sarney a Fernando Henrique Cardoso, explorando a construção de um espaço multilateral para países de língua portuguesa. A quinta seção segue uma divisão semelhante da primeira e busca, a partir de acumulados históricos, examinar a consolidação de uma política africana no governo Lula a partir da dimensão cultural. Se sim, quais foram as ações realizadas por esse governo que conformariam essa consolidação? A metodologia do trabalho concentra-se no exame da literatura especializada (artigos, teses e livros) e documentos oficiais dos governos em referência ao tema, aproveitando-se também de discursos proferidos pelos presidentes em referência ao tema.

### **Antecedentes da política africana do Brasil: laços histórico-culturais**

De acordo com José Honório Rodrigues (1982), as relações Brasil-África se iniciaram com o descobrimento do Brasil (Séc. XV) e foram intensas por vários séculos (até Séc. XIX). Durante este período, África e Brasil formaram um espaço relativamente integrado em razão do tráfico negreiro, intercâmbio de mercadorias, de ideias, pessoas e diálogos políticos. Essas relações se fortaleceram ao ponto de ameaçar interesses comerciais de potências poderosas da época, principalmente da Inglaterra que, por meio do discurso abolicionista (Séc. XIX) e a favor de uma suposta liberdade de trocas comerciais, quis “romper os laços sólidos que a costa ocidental africana estava tecendo com o Brasil” (Rodrigues 1982: 159). A potência europeia não consentia com a ideia de “um império sul/atlântico sob a égide do Brasil” (Pereira 2011: 68). O diplomata e historiador Alberto da Costa e Silva (2011) argumenta no mesmo sentido, que a estratégia inglesa era barrar o fluxo de mão de obra africana para impedir o crescimento da produção açucareira no Brasil, uma vez que esse fluxo afetaria diretamente a preponderância inglesa no setor açucareiro.

Além dessas relações comerciais, Brasil e África estavam conectados pelo domínio político português, fazendo com que as regiões absorvessem impactos semelhantes das decisões políticas da Coroa Portuguesa. Nesse sentido, um evento marcou de maneira especial Brasil e certos países africanos. A decisão de enviar alguns dos envolvidos da Inconfidência Mineira (1789) para territórios africanos a cumprir o degredo, a partir de 1792, forjou um laço não previsto pelas autoridades. Conforme a pesquisa de André Rodrigues (2011), parte desses inconfidentes tivera oportunidades no exílio para iniciar uma nova vida e ocupar cargos importantes na administração local e nos comércios. Foi o caso do José Álvares Maciel (1761 - 1804) naturalista formado na universidade de Coimbra, tornou em Angola representante comercial dos negociantes da cidade de Luanda. Em Moçambique, prosperou o jurista e poeta, Tomás Antônio Gonzaga (1744 - 1810), nomeado juízo de Defuntos e Ausentes.

Chegou a Cabo Verde, José de Resende Costa (pai e filho) onde foram bem recebidos pelo secretário de Governo, o naturalista fluminense João Diogo da Silva Feijó. Costa Filho foi promovido interinamente a secretário de Governo para prestação de serviços burocráticos, ocupando o cargo de ajudante da Secretaria de Governo e Oficial de escrituração do Real Contrato da Urcela (Rodrigues, 2011). Esses indivíduos construíram famílias nesses países, assim como fomentaram ideias para que, depois, os países supracitados ensaiassem uma ligação política com o Brasil no contexto da sua independência política (1822). Na verdade, os primeiros soberanos a reconhecer a independência brasileira foram os reis Óbá Ósemewede do Benim e o Ologum Ajan de Eko, Onim do Lago. Estes já tinham solidamente estabelecido relações comerciais com a Bahia, através do envio de várias embaixadas. Bahia durante o período manteve parcerias estreitas com o Golfo de Guiné, não só no nível comercial, mas também no âmbito político-diplomático, rotuladas pelas frequentes visitas de embaixadas e da elite africana à procura de formação intelectual (Verger 2002: 286).

A independência do Brasil foi um evento de considerável importância para países africanos, de modo que não se apresentou nenhum espanto em Luanda e Benguela o evento que despertou neles uma vontade de separação com Portugal para se unirem com o Brasil independente, mesmo sentimento emanado pelos movimentos políticos em Cabo Verde e Moçambique (Pereira 2011: 54). Documentos datados da época sugerem, inclusive, criação de “partidos brasileiros” em Luanda, Benguela, Santiago de Cabo Verde e em Rios de Sena (Zambézia). Benguela por exemplo chega a estar subordinada politicamente ao Brasil,

recebendo ordens de D. Pedro (Pereira 2011: 68). A metrópole intervira contra as tentativas das elites políticas locais em anexar-se ao Brasil, mas esses movimentos fornecem elementos importantes para subsidiar a compreensão da relevância de países africanos, como Angola e Moçambique na política externa brasileira.

O fato colonial (tráfico de africanos) que havia aproximado o Brasil da África foi o que também afastou o Brasil do continente e disseminou no país o complexo escravocrata, tratando o africano apenas como escravo brasileiro. Nesse sentido, os interesses do Brasil se deslocaram do Atlântico para a bacia do Prata, tendo o país regionalizado provisoriamente a sua política externa (Silva 2011). Conforme os apontamentos de Sombra Saraiva (1993), a diplomacia brasileira programou um "esquecimento" da África, construindo uma nação enraizada nos valores europeus. A posição brasileira referente a assuntos africanos refletia a orientação das políticas da Europa e dos Estados Unidos. O país implementado a "política de embraquecimento" (1889 - 1914) como forma de diminuir o excesso de negros no país a partir do incentivo migratório europeu que contava com inúmeras vantagens econômicas em comparação ao abandono socioeconômico e político que ficou a população negra com a sanção da Lei Áurea (1888).

A África não geográfica, contudo, sobrevivia e "converteu-se no símbolo de uma difusa nostalgia." Nas festas populares do Brasil, a dimensão espiritual mantinha essa África viva (Silva 2011: 33). Na verdade, embora o século XIX presenciasse um resfriamento nas relações com inclusive retorno de vários escravizados que estavam no Brasil para o continente africano, foi especialmente este episódio que marcara uma nova relação entre as duas partes do Atlântico Sul. A volta dos africanos, emancipados ao seu local de origem, tratado no livro *Fluxo e Refluxo...* de Pierre Verger (2002), forjou uma espécie de Brasil nos respectivos países africanos de origem e uma espécie de África no Brasil. Essas pessoas (escravos, livres, libertos) voltaram não mais como africanos e sim como "brasileiros" ou melhor, africanos abrasilizados levando consigo hábitos e costumes praticados aqui no Brasil (Verger 2002: 32).

Nesse artigo a menção a laços histórico-culturais referem-se, dentre outras questões, aos pontos tratados nesta seção, especialmente ao tráfico para o Brasil de milhões de africanos, a escravidão no território brasileiro, e à convivência de africanos com outros povos que moldaram a nação brasileira. Referem-se ainda às contribuições materiais e saberes dos povos africanos na riqueza e diversidade da gastronomia brasileira, da religiosidade, das danças e músicas e da língua. Esses laços convergem para uma análise

mais aprofundada do que seja política africana do Brasil e como ao longo do período ela foi (re) construída sobre bases culturais e usada para legitimar uma política externa para os países africanos.

O continente ressurgiu no contexto da política externa brasileira por volta de 1930, quando o comércio africano começa a competir com os produtos brasileiros nos mercados internacionais e no Brasil o governo Getúlio Vargas (1930 – 1945) se apostava no desenvolvimento interno através da política externa, cujo espaço no mercado externo e parcerias internacionais lograriam recursos para capitanear esse desenvolvimento. No âmbito cultural, a inclusão racial nos trabalhos de Gilberto Freyre conferia um olhar positivo da cultura africana na construção da sociedade brasileira e traços culturais africanos eram ressaltados com entusiasmos nas celebrações do samba e carnaval.

De maneira específica, países africanos entram formalmente na agenda da política externa brasileira, a partir da década de 1960. Tanto pelo contexto político (descolonização) em vários territórios africanos quanto pelo clamor de uma política independente brasileira, cujos fundamentos conferiam espaços para a inserção de países africanos. No livro *O Brasil e o mundo ágio-africano* de Adolpho Justo Bezerra de Menezes, publicado originalmente em 1956, ressalta-se a relevância dos países emergentes no contexto do comércio exterior brasileiro. No argumento do embaixador Bezerra de Menezes, Brasil devia pensar grande para se estabelecer como potência, articulando comercial e politicamente com os países asiáticos e africanos, mas estaria na África a sua maior proeminência, pois desfrutaria de uma vantagem natural: a semelhança cultural.

Assim sendo, recomenda o embaixador quanto à orientação política internacional do Brasil no que tange o complexo ágio-africano: “deverá ter um duplo alcance: geral e contemporâneo – particular e futuro” (Menezes 2012: 291). Considerando o contexto da Guerra-Fria e a colonização nos territórios africanos e asiáticos, Bezerra sugere que a diplomacia brasileira devesse seguir as linhas gerais da política dos Estados Unidos; contudo quando a política norte-americana titubear em questões de igualdade racial, ele recomenda que o Brasil devesse apoiar os países africanos ou asiáticos e apresentar simpatia às suas causas. Sugere ainda o forjamento de uma política independente, ‘inteiramente nossa’, com movimentos sigilosos, discretos e de longo alcance por meio “de nossa principal arma político-diplomática - igualdade racial e social quase perfeita existente no Brasil” (Menezes 2012: 291).

A partir dessas visões, inaugura-se no governo Jânio Quadros (1961) uma nova forma de relacionamento político com os países africanos, explorando a dimensão cultural que supostamente uniria os dois povos e se apresentava como um grande vantagem ao governo.

### **A política Africana do Brasil no governo Jânio Quadros**

O ano de 1960 foi anunciado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o "ano da África" em razão da independência de 17 nações africanas. Esse fato moldou a política externa das potências internacionais quanto aos países africanos. Nas Nações Unidas, países africanos e de outros continentes que ganharam a independência política passaram a ter direito de voto, um instrumento importante para aprovação de projetos e pretensões externas de várias potências no âmbito da ONU e também nas regiões do globo. Assim sendo, essas nações começaram a ser disputadas pelas potências da época para fortalecimento de seus espaços de influências.

No Brasil, a importância africana estava sendo analisada por Jânio Quadros, assessorado por vários funcionários do Itamaraty e intelectuais interessados numa aproximação real do Brasil com o continente. Nesse sentido, congratulando-se com Albuquerque Mourão<sup>2</sup> (2014), a "África é uma invenção do próprio Itamaraty no âmbito da Política Externa Independente (1961 - 64), por esforços de diplomatas"<sup>3</sup> como Adolpho Bezerra de Menezes, Álvaro Lins, Oswaldo Aranha, Ítalo Zappa e políticos como Afonso Arinos de Melo Franco e San Tiago Dantas. A política africana do Brasil no governo Jânio Quadros (1961) encontrou um ambiente favorável, por ocasião do ensaio a maior autonomia na política externa brasileira no âmbito da Política Externa Independente. Nas palavras do próprio Presidente, em 1961:

Abandonamos a diplomacia subsidiária e inócua de uma nação jungida a interesses dignos, mas estrangeiros e, para proteger nossos direitos, colocamo-nos na primeira linha, convencidos que estávamos de nossa capacidade para contribuir com nossos próprios meios para a compreensão entre os povos (Quadros 2007: 1).

---

<sup>2</sup> Nasceu em 1934 e morreu em 2017. Foi pioneiro nos estudos e pesquisas sobre a África no Brasil. Ajudou a criar o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP). Participou no processo de descolonização dos países africanos, servindo-se de interlocutor entre Brasil e continente africano.

<sup>3</sup> Texto extraído a partir do vídeo: "Diálogos sobre Política Externa: Fernando Albuquerque Mourão". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7XCu5R4oRAY>.

O país tentou “escapar de uma automática aliança com o Ocidente, particularmente com o centro hegemônico, os Estados Unidos” (Saraiva 1993: 220). Tentou-se ensaiar uma independência num contexto de bipolaridade internacional (bloco capitalista x bloco soviético). No pensamento de Jânio Quadros, Brasil deveria orquestrar uma política externa convergente com as aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação.

Dentre os corolários da política exterior anunciados pelo Presidente, o "apoio decidido ao anticolonialismo" e "estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos" foram bem recebidos pelos governos do continente em razão da defesa à autodeterminação dos povos, igualdade das raças e cooperação. Na mensagem dirigida ao Congresso Nacional, em 15 de março de 1961, Quadros definiu a “política africana” como um “instrumento contra o colonialismo e o racismo e sublinhou o apoio do governo à autodeterminação dos povos da África” (Saraiva 1993: 221).

Na prática, Quadros queria a criação de um clima de entendimento no Hemisfério Sul do globo, “nos planos político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual” (Quadros 1961: 24). Por trás do estabelecimento desse clima, Jânio pretendia ampliar interesses e opções externas para a inserção do Brasil no cenário internacional, especialmente a partir dos espaços africanos. Nessa empreitada, o continente se apresentou como uma região propícia e próxima cultural e historicamente: “os atores da política exterior do Brasil para a África [...] acreditavam em uma natural receptividade africana aos acenos brasileiros de solidariedade cultural e política” (Saraiva 1993: 224). A cultura afro-brasileira, muito tempo mantida à parte, tornou-se protagonista na política externa desde que contribuisse para estabelecer proximidades econômicas e estratégicas com a África (Dumont e Fléchet 2014: 216).

O Brasil, entretanto, apresentava contradições internas (preconceito racial e outras questões) e externas (silêncio em relação às independências africanas). Quadro reconhecia a posição ideológica do Brasil ocidental, porém pragmaticamente entendia que "Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos" (Quadros 1961). Bezerra de Menezes já havia alertado, apesar de ocidentais “não somos ‘vinhos da mesma pipa’”. Quer pela origem luso-tropicalista, quer pelas misturas raciais (Menezes 2012: 292). Congratulando com essas origens, o Presidente Jânio defendia “considerações morais”, por si só fundamentariam a aproximação do Brasil com o

continente em razão da importância cultural e demográfica dos povos africanos à formação da sociedade brasileira.

Pouco antes de sua renúncia em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros escreveu o artigo *Nova política externa do Brasil* para a revista *Foreign Affairs*, a respeito da posição do Brasil em assuntos internacionais, explicando que:

Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados àquele continente pelas nossas raízes étnicas e culturais e partilhamos do seu desejo de forjar para si mesmo uma posição independente no mundo de hoje (Quadros 2007: 151).

Por isso, defendeu o esforço de seu governo como uma modesta contribuição diante da “imensa dívida que o Brasil tem com o povo africano” (Quadros 1961: 24). Esse discurso será reproduzido décadas mais tarde pelo Presidente Lula para justificar os investimentos diplomáticos e as cooperações com os países africanos. O Presidente Quadros entendia o apoio ao colonialismo europeu um erro da política dos governos anteriores, de modo que a mudança de posição consolidaria não só a ideia de um passado comum entre os povos africanos e brasileiros, mas também compactuaria com os interesses nacionais.

A melhoria socioeconômica africana afrouxaria o peso do capital europeu naquele continente e, conseqüentemente, estimularia uma competição equiparada com a economia brasileira no mercado internacional. Ele acreditava inclusive que a prosperidade e estabilidade africanas seriam condições essenciais para o desenvolvimento do Brasil. Para isso, fundamental rejeitar toda e qualquer forma do colonialismo e imperialismo naquele continente.

Diferentemente de a cultura ser a influenciadora da mudança na política externa, “foram os interesses da política externa que levaram à revisão das formas de olhar e apresentar a cultura brasileira de origem africana” (Gala 2007: 34). A África era relevante em termos simbólicos para o Brasil tanto no âmbito interno, para uma reinterpretação da identidade nacional, quanto externo na medida em que a posição do Brasil sobre os temas africanos daquele momento fortalecia a ideia de uma política externa independente. Por isso, a urgência em implementar a referida política.

## A implementação da política africana

O processo embrionário da implementação do que se convencionou denominar política africana, no entanto, encontrou sérias resistências no Itamaraty. Em um bilhete secreto de Jânio Quadros, endereçado ao ministro do Estado, em 22 de junho de 1961, registra-se: “já recomendei com insistência atenção especial para a ‘África’ [...]. Solicito de Vossa Excelência fazer cumprir rigorosamente essa determinação” (Quadros 1961: 425).

Raymundo de Souza Dantas – representante do Brasil em Gana (1961) recorda no seu diário que vários críticos consideravam a política africana como “tempo perdido”. “Para muitos, não temos política africana. Afirmam existir apenas de parte do Brasil declarações de intenção. Mas essa política existe, é uma política em desenvolvimento” (Dantas 1965: 27). A ideia de uma política em desenvolvimento era informada pelo recente contato político e vivência cultural do Brasil com a África naquela década. O próprio Souza Dantas, ao mesmo tempo em que tinha uma visão otimista e acreditava numa “grande política africana” a ser construída, deparava com obstáculos institucionais que o levava a duvidar sobre a chegada dessa grande política.

A reivindicação africana era se o Brasil fosse realmente um país-irmão deveria estar ao lado de seus irmãos africanos, tanto no pensamento quanto na prática, especialmente quando se tornou comum a frase: ‘Brasil era (é) a maior nação africana fora da África.’ No decorrer da sua estadia em Gana, Dantas notou que os africanos reclamavam do Brasil por “atos, atos, atos” (1965: 91). “Mas, que atos?” Questiona o embaixador. Depois, ao conversar com o ativista político angolano Mário Pinto de Andrade, este o disse: “O Brasil poderia ter grande papel [...] na formação dos futuros dirigentes angolanos.” (Dantas 1965: 92). O desconhecimento era determinado pela “ausência de uma estratégia brasileira, que fosse além da simples abertura de embaixadas” (Dávila 2011: 65) e mesmo as que foram abertas não estavam “devidamente aparelhada para funcionar eficazmente” (Dantas 1965: 96).

O diplomata Sérgio Corrêa do Lago reconheceu que o fracasso da relação externa ao longo do continente era resultante da ausência de uma política efetiva e pelo fato de os africanos não conhecerem ainda o que é o Brasil, e vice-versa (Dávila 2011). De acordo com Bezerra de Menezes (2012), a África (*Darkest Africa*) até então era desconhecida. Pouquíssimas regiões foram visitadas pelos “itamaratianos” e quase nada sobre a *Darkest Africa*. Excetuando o número reduzido de pessoas interessadas na produção de café e cacau para explorar vantagens competitivas e da breve passagem de Gilberto Freyre nas colônias

portuguesas a convite do governo português em 1954, que viu uma África conforme a visão do governo português.

Por vários motivos, o jornalista Souza Dantas, que foi transformado num embaixador, não se sentiu em casa na África, não obstante a sintonia da sua cor com os irmãos africanos e sua descendência africana. No seu diário, *África Difícil*, havia registrado: “o meu mundo é outro, como também a minha civilização” [...] “Sou negro de outra civilização” (Dantas 1965: 35-36). Ao desembarcar em Dacar, no dia 24 de setembro de 1961, ele recorda só sabia da África o pouco que havia lido em limitados livros.

O continente africano era um “lugar imaginário”, “que se refletia na cultura brasileira, em seu passado, em seu futuro e em seu relacionamento com o mundo” (Dávila 2011: 15). Apesar disso, as regiões africanas só apareciam em cabeçalhos ou em notas de rodapés dos jornais brasileiros (Penna Filho e Lessa 2007). Angola, por exemplo, “só existia como designação geográfica quando fazíamos o estudo da história colonial do Brasil” (Menezes 2012: 82). Persistia ainda nessas notícias, uma África exótica, imaginada no “sabor dos quitutes”, nos “requebros das mulheres negras” e nos “costumes bizarros” (Saraiva 1996: 96), quando na realidade havia um dinamismo significativo no continente.

Não obstante os problemas africanos, Bezerra de Menezes lembrou também de uma África moderna na década de 50: com cidades ultramodernas do Congo Belga e arborizadas; regiões de conexão com o mundo, como o Kano na Nigéria e as que conectam partes do continente através do trem de Mombassa. Nesse sentido, sugere o embaixador, a mudança de ideias e do retrato mental que se tem da África para a compreensão do papel e importância desse continente para um Brasil futuro. Bezerra de Menezes ressaltou ainda a necessidade de uma arma de maior poder de divulgação: uma agência telegráfica internacional de notícias como organismo para o país construir uma apreciação independente dos problemas internacionais, sem depender da interpretação estrangeira moldada conforme interesses de respectivos países.

Na ausência de empresários visionários, caberia ao governo federal a iniciativa de promover uma sociedade público-privada para uma sonhada *Brasil Press*, equipada pela *intelligentsia* jornalística do país com presença nos países africanos. Ele aponta outra arma importante na divulgação de gestos e atitudes: rádio. Sobre o perfil dos jornalistas sugere que dominassem a língua inglesa, tivessem compreensões sociológicas das regiões e entendessem que o Brasil não é uma nação branca.

A importância dessas mídias é válida na medida em que cabe à imprensa de maneira geral a construção da imagem de uma região pela qual se formula e implementa a política externa. Assim sendo, uma África imaginada só poderia produzir uma política externa imaginada e, de igual modo, um retrato apenas pobre e atrasado desse continente resultaria numa política externa pobre e desatualizada. Havia preconceitos de raça e estereótipos tão arraigados e velados, que mesmo alguns dos principais promotores da aproximação política com os países africanos, os reproduziram. Afonso Arinos, após afirmar que “não temos preconceitos contra as raças coloridas, como ocorre em tantos povos brancos ou predominantemente brancos”, lembrou-se da ação do Brasil em prol “do desenvolvimento e emancipação dos povos *atrasados*”<sup>4</sup> (Melo Franco 2007: 35-37, grifo nosso). O Presidente Jânio Quadros recomendou a criação de um curso de línguas *exóticas* (grifo nosso), no Ministério das Relações Exteriores, referindo-se às línguas africanas.

Essas questões revelam a dificuldade de se implementar a política africana, aliada a complexidade política e geográfica do continente apresentando desafios ao governo. Por outro lado, a composição e o conteúdo do quadro da diplomacia brasileira para o continente africano fornecem explicações relevantes sobre essas dificuldades. Interessa a próxima seção entender o lugar do negro na diplomacia brasileira e como o Brasil se apresentava à África em termos culturais e raciais.

### **O negro na diplomacia brasileira e a representação do Brasil na África**

Na visão de Presidente Quadros, pelo fato de o Brasil ser uma “sociedade multirracial tão harmoniosa e integrada”, é que “Tornamo-nos [Brasil], assim, o exemplo mais bem-sucedido de coexistência racial e integração conhecido na história” (Quadros 2007: 148). O ministro de relações exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco<sup>5</sup> recomendou pelo fato de o Brasil estabelecer-se como um país “eticamente mestiço e culturalmente mesclado de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas caber-lhe-ia servir de representante da região afro-asiática perante as grandes potências ocidentais” (Melo Franco 2007: 34).

---

<sup>4</sup> O termo “atrasado” era um dos vários termos preconceituosos-racistas que os colonizadores chamavam os povos africanos.

<sup>5</sup> Afonso Arinos propôs em 1951 a Lei 1.390, conhecida como a Lei Afonso Arinos, a primeira que proibia e imputava penalidades a atos de discriminação racial, mas raramente fora aplicada.

Diante dessas leituras geopolíticas, o diplomata Corrêa do Lago recomendara ao Jânio Quadros e ao Afonso Arinos, que a missão do Itamaraty à África devesse incluir um representante genuinamente africano. A escolha de Jânio Quadros foi o jornalista Raymundo Souza Dantas: um negro, como representante da nação brasileira em Gana que havia se tornando independente em 1957. A escolha do Presidente brasileiro fundamentava-se na demonstração ao “continente negro” de uma completa ausência de preconceito racial. Entretanto, a tentativa foi de encontro à reação de Kwame Nkrumah, Presidente do Gana (1960 - 1966), argumentando que “o envio de um embaixador negro para Gana não significava que o Brasil era uma democracia racial.”<sup>6</sup> Caso fosse, o seu homólogo brasileiro devesse acreditar embaixadores negros nos países brancos (Dávila 2011: 56).

Vale lembrar, a maior parte dos brasileiros que planejou e implantou a política africana era branca que se dizia antirracista e íntima da cultura negra, acreditava na mestiçagem e partilhava da ideia freyriana de um mundo lusotropical (Alberto 2011). Sabia-se que Souza Dantas era um jornalista que foi transformado no primeiro diplomata negro do Brasil. Ele recebera pouco apoio de seus companheiros do Itamaraty, inclusive de Corrêa do Lago, que se recusou a entregar o posto da Embaixada do Brasil em Acra para ele, enquanto exercia com grandes dificuldades suas funções a partir do Ambassador Hotel e depois do Star Hotel na capital do Gana. Em 19 de fevereiro de 1961, Dantas redige no seu diário algumas decepções: “Sei que não conto com quem quer que seja, no Brasil, que no Itamarati não tenho cobertura, que o Presidente da República nem se lembra de suas Missões em África, que ninguém nos atribui importância.” (Dantas 1965: 40).

Apesar do discurso sobre a democracia racial - a partir das obras de Gilberto Freyre -, o Brasil “não era o tipo de democracia em que Souza Dantas [jornalista e negro] podia ser embaixador e Corrêa do Lago [branco e diplomata de carreira] seu subordinado” (Dávila 2011: 66). De fato, desde o período da República “a cor da pele e aparência física contavam”. Isso aponta à associação da diplomacia brasileira com os padrões europeus em todos os sentidos, inclusive no “tipo físico: brancos, altos e magros” (Gobo 2018: 443 - 444).

Em 1961, durante uma palestra de Souza Dantas em Acra, quando um estudante ganense o perguntara se havia discriminação racial no Brasil ele afirmou ter sido pego desprevenido. Ele escreveu, entretanto, o que gostaria de ter respondido: “pintar o quadro exato, sem tirar nem acrescentar, revelando-lhe a verdadeira fisionomia de meu país, nesse

---

<sup>6</sup> O termo “democracia racial” foi empregado pela primeira vez por Arthur Ramos em 1941. Gilberto Freyre só o empregaria, em *ipsis litteris*, na década de 1960 para explicar a sua proposta científica de luso-tropicalismo.

particular” (Dantas 1965: 40). Dantas sabia como era implacável a estrutura discriminatória do Itamaraty e se lembrara das críticas de maneira amargurada quando da sua indicação ao posto diplomático, pois, as críticas se baseavam em preconceito de certa ala do Itamaraty que inviabilizou o exercício da sua função no país africano. Sabendo dessas condições, o seu desejo era para que o filho não seguisse o caminho da diplomacia, “Sei o que sofrerá, por ser negro...” (Dantas 1965: 40).

Apesar do seu curto governo (oito meses), Quadros foi capaz de lançar orientações relevantes da política externa brasileira para a África. Em 1961, foi criada a Divisão da África no Ministério das Relações Exteriores (MRE). No mesmo ano, o governo abriu dez representações diplomáticas em solo africano<sup>7</sup>. Foi criado o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos, com uma grande atenção à África, que ofertava bolsas de estudos a estudantes africanos para ensino médio e superior, além de intercâmbios entre professores, no âmbito da cooperação técnica e cultural (Matos 2017: 95). Foram criadas condições para estabelecimento de um importante acordo de cooperação educacional, cultural e científico-tecnológica (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - 1964) em decorrência do aumento do intercâmbio estudantil africano na década de 1960. Foram criados também centros de estudos, cujos fundadores eram ligados a países africanos e à presidência, tais como: o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO – 1959); o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), fundado em 1961 e transformado em Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1973, e o Centro de Estudos e Cultura Africana (1963) atualmente Centro de Estudos Africanos (CEA).<sup>8</sup>

O interesse de Quadros pelas independências africanas e esforços para representações diplomáticas naquele continente aliado a investimento em pesquisas contribuíram para a institucionalização dos estudos africanos no Brasil (Schlikmann 2016). Nesse tópico, vale destacar o papel relevante desempenhada pela Bahia na política externa de Jânio Quadros para África, ao servir de biblioteca e espaço de consultas para os funcionários do Itamaraty iniciar entendimentos acadêmicos e intelectuais sobre os

---

<sup>7</sup> Dacar (Senegal), Lagos (Nigéria), Adis Abeba (Etiópia), Abidjã (Costa do Marfim), Acra (Gana), Luanda (Angola), Lourenço Marques (atual Maputo/Moçambique), Salisbury (Rodésia do Sul), Nairóbi (Quênia) e Leopoldville (Congo).

<sup>8</sup> O CEAO/UFBA foi criado por Agostinho Silva que atuou como conselheiro de Presidente Quadros no Ministério de Relações Exteriores. O IBEAA foi um projeto idealizado por Cândido Mendes, Chefe da Assessoria Internacional da Presidência de Jânio Quadros.

territórios africanos, através de grandes centros de estudos e pesquisas e de intelectuais baianos.

Em termos, o esforço de Jânio produzira resultado a tanto esperado, quando em 1962, Brasil apresenta um veto no comitê *ad hoc* da ONU, contra o domínio de Portugal sobre as suas colônias na África, fazendo estremecer as relações luso-brasileiras (Cervo e Bueno 2002, Penna Filho 2006). Importa lembrar que Brasil se encontrava em uma encruzilhada em razão de Portugal pelo Tratado de Amizade e Consulta (1953) que determinava que os dois países se consultassem sobre os problemas internacionais de interesse comum. Um desses problemas era a independência política das colônias portuguesas na África e que o Brasil deveria se posicionar após consultar Portugal. Além disso, o governo Goulart (1961 – 1964) sofria pressão do *lobby* português no Rio de Janeiro e São Paulo.

O governo João Goulart deu continuidade à diplomacia cultural do antecessor no fortalecimento das relações com o continente africano, usando mais uma vez da ideia de democracia racial.<sup>9</sup> Em 1963 foi noticiada no Brasil a viagem de Romana da Conceição como convidada oficial do Itamaraty. Romana havia nascido no Brasil e aos dez anos (1899) havia mudado para Lagos, Nigéria, integrando-se à comunidade dos "brasileiros da África." Na ocasião da visita ela foi recebida com pompas reservadas aos altos dignitários para uma estadia de três meses. A visita foi usada para o governo brasileiro demonstrar fortes laços com a África, sendo uma oportunidade para projetar a imagem internacional de "democracia racial" e aproveitar a comunidade dos "brasileiros da África" para se expandir no continente (Alberto 2011).

Segundo a autora supracitada, o contexto brasileiro marcado por preconceito cultural e racial se contrapunha, entretanto, com essa exibição de valores de pluralismo cultural e racial. Assim sendo, foi "um evento para africano ver". Ao voltar para Nigéria, Romana falou da hospitalidade brasileira e demonstrou gratidão recebida. Brasil conseguiu com essa visita se representar para a África como também para a sociedade interna uma democracia racial atualizada (Alberto 2011: 101).

---

<sup>9</sup> De acordo como Ministério das Relações Exteriores, "a diplomacia cultural é um instrumento importante de aproximação entre os povos, contribuindo para abrir mercados para a indústria cultural e para o estabelecimento de vínculos culturais e linguísticos. É, também, ferramenta para estimular os diálogos político e econômico, pois fomenta o entendimento mútuo e cria confiança, interesse e respeito entre as nações." (Ministério das Relações Exteriores 2019).

Conforme apontamentos de Juliette Dumont e Anaïs Fléchet (2014: 216) a diplomacia cultural brasileira soube desde cedo incorporar dimensões de precocidade, continuidade e pragmatismo importantes para a inserção de um país de segunda ordem. A potencialidade cultural Brasil-África não foi negligenciada pelos governos subsequentes, mesmo quando suas políticas privilegiaram outras regiões do mundo. Além disso, as bases lançadas por Jânio Quadros se mostraram resistentes, apesar das adversidades e instabilidades políticas.

### **A política africana nos governos militares**

Diferentemente da perspectiva da Política Externa Independente de Quadros, a política externa de Castelo Branco (1964 - 1967) pretendia realizar “correção de rumos” ou “realinhamento” com o Ocidente, principalmente com os EUA. Não obstante, alguns países africanos (Senegal, Camarões e mesmo a África do Sul, ao abrigo do regime do *apartheid*) emergiam como relevantes parceiros comerciais para o projeto desenvolvimentista nacional (Khalil e Alves 2014). No âmbito cultural, o primeiro protocolo do PEC-G foi lançado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613, tornando obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de convênios culturais. O continente africano historicamente beneficiou desses convênios, sendo atualmente o continente com maior número de alunos, proveniente de 25 países (Ministério das Relações Exteriores 2019).

Destaca-se também nesta década a visita de Léopold Sédar Senghor, Presidente de Senegal (1960 - 1980) que veio ao Brasil em 1964 e do Maurice Yaméogo, primeiro Presidente da República de Alto Volta, atual Burkina Faso (1959 - 1966), visitou o Brasil em 1965. A viagem de Senghor era esperada desde a participação brasileira na comemoração do primeiro aniversário de independência do Senegal (1961). Essa viagem teve um simbolismo político e cultural muito forte. O Presidente senegalês, e também considerado um dos precursores do Movimento Negritude, apostava na ideia de uma "comunidade luso-afro-brasileira" liderada pelo Brasil em razão da sua "simbiose cultural". Essa aposta encontrou respaldo do Presidente Castelo Branco, mas que apoiava a ideia de uma comunidade luso-brasileira. Por trás dessa proposta, Senghor queria o apoio do Brasil às independências africanas, especialmente as das colônias portuguesas.

Mesmo após o golpe civil-militar de 1964 e das críticas contra a defesa de interesses africanos, restou no Itamaraty uma ala africanista que resistia às pressões tanto da sociedade civil quanto dos negociadores para a defesa da política portuguesa do Estado Novo (Alves 2016). Esse grupo criara inclusive dificuldades para o Brasil negociar acordos bilaterais com

Portugal, em 1969. Conforme a citação de Alves (2016:122) a partir do Diário do Paraná de 12 de julho de 1969: "Tem havido, porém, dificuldades no segundo escalão... porque o 'grupo africano' que o sr. Jânio Quadros deixou no Itamarati, recusa-se a desencarnar, e forma ambiente de frieza em tórno daqueles acordos."

Na década de 1970, em decorrência da crise do petróleo, a importância dos países africanos ganhou vislumbre na diplomacia do "pragmatismo responsável e ecumênico" do governo Ernesto Geisel (1974 - 1979). Países como a Nigéria, o Senegal e Angola tornaram-se os principais destinos da expansão do comércio externo brasileiro e fontes petrolíferas indispensáveis para suprir as demandas da matriz energética brasileira. Foram estabelecidos, entre os países, acordos de investimentos financeiros e ofertas de produtos industrializados, garantidos pela troca do petróleo (*countertrade*) (Saraiva 1996, Ribeiro 2007, Cervo e Bueno 2002).

No âmbito interno, o Movimento Negro criou resistência às (re) pressões impostas pelos governos militares, defendendo nas suas pautas o combate ao racismo e à discriminação racial. Na dimensão cultural destacaram-se resgates culturais da 'Mama África', com o objetivo de elevar a autoestima das populações negras, conectando-as às suas raízes africanas e despertando nelas a luta antirracista (Schlikmann 2016).

A década de 1970 foi importante para as colônias portuguesas que estavam prestes a ganhar a sua independência, através de lutas e resistências. Nesse tema, Brasil deparou com embaraços diplomáticos com esses países que reclamavam da ausência do apoio brasileiro nas lutas. Em 1974, no encontro entre embaixadores brasileiros (Ítalo Zappa e Franck Mesquita) e o Presidente da Frente de Libertação de Moçambique-FRELIMO, Samora Machel, tratou-se do alinhamento do Brasil-Portugal durante as lutas africanas para independência política. Na ocasião, Samora Machel criticou esse alinhamento, demonstrando muita mágoa com o país-irmão.

No mesmo ano, Joaquim Chissano, antes de assumir o cargo de Primeiro-ministro do Governo de Transição do Moçambique, expôs semelhante sentimento e, ao ser entrevistado por um jornalista da TV Globo, questionou o seguinte: "a) o que havia o Brasil feito em favor dos movimentos de libertação africanos? [...] e, c) e o que estaria disposto a fazer em favor de Moçambique?" (Penna Filho 2006: 43). O país poderia, sob o manto de irmandade ter tomado protagonismo em momentos políticos importantes nos territórios africanos, senão veja-se: se durante governo Ernesto Geisel (1974 - 1979), a tentativa fosse de reconhecer a independência da Guiné-Bissau (1974), antes de Portugal tê-lo feito, com objetivo de

pressioná-lo em relação ao processo de independência, Guiné-Bissau já se declarava independente em 1973.

De igual modo, se o Brasil afirmava ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (1975) fê-lo, tendo, antes, consultado a posição das principais potências sobre o assunto. O Ministro de Estado, Azeredo da Silveira, consultou a posição dos EUA, Inglaterra e da Alemanha, e afirmou: “ninguém teve a coragem de me dizer que não devia reconhecer” (Silveira 2015: 162). Vale lembrar ainda, em 1975, o governo brasileiro não assinou a Convenção Internacional para a Supressão e Punição do crime do *apartheid*, pois mantinha uma relação estritamente comercial com a África do Sul.

Nos anos de 1980, testemunhou-se relativo distanciamento do Brasil em relação aos países daquele continente, justificado pela crise econômica e necessidade de sobrevivência interna. As relações do período foram mais cautelosas, mas de grande simbolismo no entendimento de Sombra Saraiva (1996). Ocorreu a visita oficial do Presidente brasileiro, João Figueiredo (1979 -1985). Brasil fortaleceu intercâmbio estudantil, tendo criado oficialmente em 1981 o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC - PG). Esse programa tem possibilitado a formação de recursos humanos e aprimorado a qualificação de professores universitários e pesquisadores de modo a contribuírem para o desenvolvimento de seus países.

No tocante à diplomacia, no entanto, a estrutura do Itamaraty ainda criava dificuldades para os candidatos negros. Numa entrevista ao Jornal *O Globo* (2013), o então Presidente do STF (2012 - 2014), Joaquim Barbosa, ao ser perguntado se ele foi discriminado no Itamaraty quando prestou o exame psicotécnico em 7 de julho de 1980 no âmbito do concurso do órgão, ele respondeu: “Discriminado eu sempre fui em todos os trabalhos, do momento em que comecei a galgar escalões” [...] “O Itamaraty é uma das instituições mais discriminatórias do Brasil.”<sup>10</sup> Na época do seu exame, um dos avaliadores escrevera que o candidato [Joaquim Barbosa] “[...] tem uma auto-imagem negativa, que pode parcialmente ter origem na sua condição de colored.”<sup>11</sup>

A jornalista Clem Baiye, escreveu no diário nigeriano *New Nigerian*, a 19 de agosto de 1980, que os negros no Brasil eram vistos nada mais do que pessoas que só sabiam dançar,

<sup>10</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/joaquim-barbosa-brasil-nao-esta-preparado-para-um-presidente-negro-9224636>.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/100637202/como-e-quando-o-itamaraty-discriminou-joaquim-barbosa>

e que poucos estudantes negros conheciam no Brasil os centros de estudos versados nos assuntos africanos (Saraiva 1993). No primeiro ano daquela década, em Salvador, alguns estudantes africanos foram-lhes barrados a entrada em um clube para comemorar a festa natalina, após esse evento esses estudantes começaram a declinar os convites com o medo que a referida situação repetisse (Azevedo apud Saraiva 1993: 228).

Alguns deputados e senadores brasileiros envolveram-se no combate do racismo no âmbito externo. Em 1981, o deputado Paes de Andrade (MDB/PMDB-CE) denunciou a retórica da política externa em “aprofundar as relações com povos africanos”, ao mesmo tempo, em que dificultava a realização do III Congresso Americano de Cultura Negra no país (1982) (Saraiva 1993). Abdias Nascimento (PDT-RJ), como deputado (1983 - 1987) e senador (1997 - 1999), substituindo Darcy Ribeiro; e José Frejat (PDT-RJ) (1979 - 1987) foram contundentes na denúncia de um país racialmente pacífico e alegaram que a postura do Itamaraty em não permitir o debate desses temas abalaria a imagem internacional do Brasil (Gala 2007). Com o fim da ditadura militar, Brasil inaugura a Nova República e presencia uma ampla democratização política, com reflexos nas suas relações externas.

### **A política africana nos governos Sarney a FHC**

No âmbito das relações com os países africanos, no governo Sarney (1985-1990) foi idealizado e criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que esteve na base da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996. No argumento da criação do Instituto encontra-se a defesa ao pluralismo cultural. Ali estariam colocadas as primeiras sementes que marcariam subsequente cooperação num formato multilateral da CPLP. Via-se também na partilha do mesmo idioma a possibilidade de forjar uma estratégia comum de desenvolvimento e progresso, aproveitando da presença da língua portuguesa nos continentes representados. Na mesma década ampliou-se a rede diplomática brasileira no continente, que somava, em 1986, 22 representações diplomáticas (Cervo e Bueno 2002).

Na década de 1990, Brasil distancia-se consideravelmente dos países africanos. Durante o governo Collor (1990-1992), uma das prioridades da política externa era “descaracterizar o perfil terceiro-mundista” do Brasil (Hirst e Pinheiro 1995), o que automaticamente englobava os países africanos. Esse distanciamento ficou mais patente no desenho da política externa do governo Fernando H. Cardoso voltado para as principais potências internacionais. No que tange os países africanos, aplicou-se a “diplomacia

seletiva”, especialmente a países com capacidades econômicas e políticas, como a África do Sul, recém-libertada do regime do *apartheid* (1994), para auxiliar o Brasil a ser um *global player* e diálogos com os PALOP, em decorrência da língua portuguesa.

No âmbito da carreira diplomática, entretanto, foram adotadas políticas pioneiras para oportunizar a participação de candidatos negros no concurso do órgão e tornar esse ministério uma representação da diversidade brasileira. O Presidente Fernando Henrique reconheceu que havia racismo e desigualdades raciais no Brasil, desencadeando a formulação das primeiras políticas públicas de caráter afirmativo direcionadas à população negra. No tema pertinente a este artigo foi implementado o Programa de Ação Afirmativa (PAA) - Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, cujo objetivo “ampliar as condições de ingresso de brasileiros negros na carreira de diplomata” (Instituto Rio Branco 2019)<sup>12</sup>. A potencialidade cultural Brasil-África foi, todavia, uma estratégia mais bem compreendida e explorada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) em conformidade com a dinâmica da ordem sistêmica vigente<sup>13</sup>.

### **Política africana no governo Lula: consolidação e inovações**

Esse governo passou a operacionalizar e explorar os elementos abstratos que aproximavam o país aos parceiros africanos, traduzindo-os em ganhos materiais: “vamos transformar o potencial de nossos laços históricos de fraternidade em ações concretas que beneficiem nossos povos e estreitem nossos vínculos neste novo milênio” (Da Silva 2006: 3). Assim sendo, “o aprofundamento de nossas relações com a África, além de um dever moral, é necessidade estratégica” (Da Silva 2004: 54). Na compreensão do Presidente, a ordem econômica mundial apresentava dificuldades e desafios que só poderiam ser superados por meio da aproximação solidária dos países em desenvolvimento e articulações políticas entre essas nações. Essas articulações surtiram efeitos na economia nacional, aumentando-se a presença das empresas nacionais no continente africano e conquistas de direções em espaços multilaterais.<sup>14</sup> Nesse sentido, aproximar dos parceiros africanos continha uma questão de

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/programa-de-acao-afirmativa>

<sup>13</sup> Trata-se de um período de crise (financeira) nas economias industrializadas, resiliência nas economias em desenvolvimento, articulações políticas e econômicas em arranjos cooperativos como IBAS (2003), G20 comercial (2003) e BRICS (2011).

<sup>14</sup> Votos dos países africanos foram importantes para a eleição do Roberto Azevêdo como diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (2013-) e também para José Graziano como diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (2011 – 2019)

princípios e de interesses: promover solidariedade e aumentar a influência do país no âmbito global (Lechini 2008).

Aproximar-se da África na década de 2000 era uma tendência global, quando o continente passara a ser estratégico para várias potências, especialmente à China. Estar presente nas regiões africanas possibilitaria, portanto, a participação de maneira integral na dinâmica da economia mundial, cujo princípio de diversificação de parcerias se mostra estratégico a uma eventual crise e inflexão sistêmicas e os mercados africanos configurariam novos espaços para a internacionalização de empresas nacionais. Além da referida tendência, a reclamação da política externa brasileira a um papel mais ativo e participativo na ordem internacional (Vigevani e Cepaluni 2007), coincidiu com um novo período de paz e de crescimento econômico nos países africanos. Destarte, três âncoras da política externa do governo Lula podem ser visualizadas, de acordo com Thomas Patriota:

(1) a prosperidade africana é vista como benéfica para os interesses brasileiros; (2) a aproximação das linhas diplomáticas e do diálogo reforça a capacidade de negociação do Brasil sobre diversos fóruns internacionais; (3) uma ideologia não-utilitarista que reforça as relações Sul-Sul como corolário da multipolarização das relações internacionais e, portanto, de um mundo mais equilibrado e justa (2011: 24).

Esse governo conseguiu aproveitar o acumulado histórico e realizar uma leitura mais abrangente da situação do negro brasileiro e da condição sistêmica dos Estados africanos e, diante disso, combinar movimentos da política doméstica com a externa, numa espécie de “dobradinha” entre política doméstica e externa, explorando a dimensão cultural.

Na entrevista de Lula da Silva (2013) para Amanda Rossi (2015), ele afirmou: “Tentamos fazer uma combinação: a conquista do espaço negro dentro do Brasil com a demonstração de uma política forte com relação à África” (Rossi, 2015: 22)<sup>15</sup>. Na visão do Presidente, a relação “Brasil-África” e “Brasil-Povo Negro”, apresentavam algumas similitudes, cujas ações governamentais deveriam conferir-lhes lastros políticos.

Foram muitos anos em que homens e mulheres africanos construíram riquezas no meu país, sem conhecer a palavra liberdade. [...] embora o Brasil tenha sido o país que mais

---

<sup>15</sup> Página situada no conteúdo: “Entrevista: Lula” (E-book). ROSSI, Amanda. Moçambique, o Brasil é aqui [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record, 2015.

cresceu no mundo, essa riqueza não foi distribuída de forma justa. [...] Mas o fato de o Brasil ter pobres não significa que o Brasil não possa ajudar outros irmãos [...] Poderemos ajudar com conhecimento científico e tecnológico, poderemos ajudar na formação de universitários [...] Poderemos ajudar na formação de empreendedores [...] Poderemos ajudar, fazendo parcerias na construção de laboratórios para a produção de remédios para combater a AIDS; poderemos ajudar, financiando obras de infraestrutura (Da Silva 2004: 53).

Foram elaboradas políticas domésticas e externas com objetivo similar: repor uma dívida histórica. Na verdade, no Programa de Governo da Coligação Lula Presidente (2002), a proposta “Voltar-se para África” coincidia em muitos pontos com o programa “Brasil sem Racismo”<sup>16</sup>. O primeiro ansiava explorar os laços étnicos e culturais; e o segundo reconhecia a população negra como vítima estrutural da violência e da injustiça e o racismo contra os negros como uma prática rotineira na sociedade.

Em 2003, criou-se a Lei n.º 10.639/03 que obriga o ensino da história e da cultura da África e dos afrodescendentes nas escolas brasileiras. Essa lei reforçou a formação, exigindo dos pesquisadores e candidatos brasileiros mais conhecimentos sobre as temáticas africanas (Santos 2012). No mesmo ano, foi criado o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISSAES)<sup>17</sup> para apoiar financeiramente os alunos estrangeiros, especialmente os africanos participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Em 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), institucionalizada pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. O programa passa a ofertar bolsas de estudo (integrais e parciais) em cursos de graduação em instituições privadas. Foi criada ainda a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Criou-se Programa Brasil Quilombola (2004) e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Instituiu-se, em 2003, o Dia Nacional da Consciência Negra, que depois entrou no calendário nacional, por meio da Lei nº 12.519, de 2011.

No Programa de Governo para o segundo mandato (2007 - 2010) no que tange ao tema “igualdade racial” foram apresentadas algumas propostas:

Articular as diversas políticas setoriais para promover ações afirmativas geradoras de igualdade racial [...]; acelerar a implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial; [...]; prosseguir garantindo reserva de bolsas do PROUNI [...]; garantir a

<sup>16</sup> Para mais detalhes sobre o assunto consultar: Brasil sem Racismo. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/brasilemracismo.pdf>>.

<sup>17</sup> Mais detalhes acessar: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Promisaes/decreto4875.pdf>>.

aplicação da lei que determina o ensino da História da África nos níveis fundamental e médio, nas redes pública e privada [...]; promover ações combinadas entre as políticas de educação, cultura e geração de emprego e renda e acelerar as iniciativas do Programa Brasil Quilombola (Plano de Governo 2007: 27-28).

Em 2006, o governo Lula criou o Curso para Diplomatas Africanos por meio da Fundação Alexandre Gusmão-FUNAG em parceria com a Subsecretaria-Geral Política III do Ministério das Relações Exteriores. O curso objetiva partilhar ideias e aproximação entre as chancelarias africanas e do Brasil. Em 2010, pela Lei nº 12.289, foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), o símbolo máximo da integração entre alunos brasileiros e africanos.

Em termos da estrutura diplomática, houve desmembramento do Departamento da África (DEAF), em três divisões: DEAF I, II e III como forma de potencializar as ações externas no continente africano. Tratou-se de um dos raros departamentos do Itamaraty com orçamento próprio, em torno de US\$ 3 a 5 milhões (Patriota 2011). Aumentaram-se os investimentos diplomáticos, que se confirmaram na abertura e reabertura de 37 embaixadas.

Os esforços políticos preconizados pelo governo Lula produziram evidências mais robustas ao ponto de pensar essas relações detentoras de “estatuto de política pública” (Gala 2007: 89). De acordo com Gala (2007: 105) esta política continha: (i) valores: “reconhecimento da responsabilidade das grandes nações em desenvolvimento em relação às nações de menor desenvolvimento; o compromisso de solidariedade e fraternidade; os laços históricos; as afinidades culturais; o desejo comum de cooperação bilateral. ” (II) justificativas - Por que aproximar-se da África?- “por um dever moral do Brasil com relação à África; pela percepção de uma necessidade estratégica de aproximação a continente africano” (III) duas premissas – Por que a África?–

Por haver desafios comuns que são essencialmente o combate à fome e à pobreza e a constituição de uma aliança contra a exclusão social; pelo potencial de benefícios que podem ser auferidos por países que se deparam com desafios comuns, por meio de parcerias e da troca de experiências, versando sobre práticas e políticas adotadas com vistas à superação desses problemas (Gala 2007: 105).

(IV) objetivo comum: estender a todos os cidadãos do Brasil e da África os benefícios da cidadania plena e (IV) duas metodologias-como alcançar o objetivo?

Pelo estabelecimento de relações de cooperação bilateral, sobretudo com os PALOP, para pagamento da dívida histórica com a África mediante o fortalecimento da capacidade de articulação conjunta nos organismos internacionais e a valorização do multilateralismo, para a constituição de uma nova aliança mundial que sirva à luta contra a exclusão social (Gala 2007: 105).

Esse governo realizou ações e articulações importantes com as nações africanas. Os gastos do governo com a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional para África totalizaram em 2010 o segundo maior volume (22,58%) traduzido em R\$ 65 milhões. Na cooperação destacam-se programas importantes, tais como: o Fome Zero, Bolsa Família, programas de formação técnica e profissional, combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs); Banco de Leite Humano (BLH), além do desenvolvimento de técnicas e tecnologias no setor agropecuário (Matos 2017). O continente africano foi o segundo maior beneficiário dos recursos financeiros brasileiros para cooperação técnica (39,5% do total) (Ipea 2013).

No que se refere à cooperação educacional (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G) 73,7% dos alunos bolsistas eram originários dos países africanos, tendo os PALOP o predomínio do número de alunos nessas bolsas (Ipea 2013). No que tange à cooperação científica e tecnológica, apesar do baixo volume de recursos e projetos destinados a países africanos, em razão do grau de desenvolvimento da maioria de seus países, vale ressaltar projetos de transferência tecnologias em áreas importantes para o Brasil, nomeadamente energia solar e combustíveis sintéticos. Países como África do Sul possibilitaram não só a transferência de tecnologias, como também o desenvolvimento delas, apresentando potencialidades cooperativas em setores como o aeronáutico, automotivo. Com esse país, o Brasil acordou um projeto importante para o desenvolvimento do míssil d A-Darter, um míssil ar-ar, que consegue alcançar alvos a 12 quilômetros de distância (Matos 2017).

Outras áreas de política externa ganharam novo dinamismo, especialmente os investimentos financeiros e o comércio exterior. Na primeira criaram-se vários incentivos inclusive institucionais para o reforço da internacionalização de empresas brasileiras. Ofertaram linhas de crédito para exportação de bens e serviços a partir do BNDES cujo maior beneficiário Angola, tendo recebido US\$ 1.665.745 entre 2007 e 2009 (World Bank e Ipea 2011). Na segunda área, presenciou-se um aumento exponencial de comércio entre Brasil e países africanos durante o governo Lula. A balança comercial entre o Brasil e o

conjunto dos países africanos, de 2003 a 2010, foi de US\$ 130.044 bilhões, sendo que o volume financeiro total da exportação brasileira foi de US\$ 58.053 bilhões e o total de importação foi de US\$ 71.991 bilhões (Matos 2017).

A política externa do governo Lula objetivou aumentar a capacidade de negociação no âmbito internacional através de coalizões e apoios com os países do Sul. Pode-se, nesse sentido, ressaltar a importância das articulações políticas com países africanos (África do Sul) na criação de plataformas como BRICS e fórum de diálogo IBAS para maior participação da ordem internacional; e de maneira geral o apoio dos países do continente na eleição de José Graziano, em 2011, como Diretor-geral da FAO e para eleição de Roberto Azevêdo, como Diretor-geral da OMC, para a gestão de 2013 a 2017. Para Lula esse apoio foi fundamental: “O Brasil ganhou a FAO [...] por conta da África, ganhou a OMC por conta da África” (Rossi 2015: 30)<sup>18</sup>.

Nessa conformidade, o governo Lula foi o que mais se aproximou da ideia de uma política africana a partir da dimensão cultural, aproveitando dos esforços e ações preconizados por governos desde o Jânio Quadros e pelas lutas, demandas e trabalhos de diversos atores e movimentos da sociedade brasileira. A consolidação dessa política foi acompanhada por uma mudança ténue na forma de se pensar e representar as Áfricas e os africanos no Brasil, mas continuando ainda um longo caminho a ser percorrido. Houve também maior presença da população negra em espaços anteriormente reservadas às elites, especialmente na diplomacia.

### **As representações africanas e o negro na diplomacia brasileira**

Ao analisar o continente africano nas páginas da Revista Veja durante o período de 1991 a 2006, o autor Anderson Oliva (2007), apontou que foram produzidas 136 peças jornalísticas sobre o continente, sob os rótulos: “tragédia africana” e “conflitos tribais”. A maior parte desse número era composta por: 30 peças referentes a guerras, massacres e violência, 25 ao *apartheid* e 22 a tragédias, fome e doenças (Oliva 2007: 165). No que tange ao tema da política externa foram produzidas 6 peças, dominadas pelos golpes de estados e

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida por Lula à autora Amanda Rossi, no livro: “Moçambique, o Brasil é aqui”, página localizada no conteúdo: “Entrevista: Lula” (E-book).

militares, genocídios e massacres, como forma de relacionar os povos africanos às violências vigentes<sup>19</sup>.

Ainda persistem partes dessas representações: há um conjunto de estereótipos de uma África imaginada que passa a constituir um “espelho despedaçado” no sentido de “um espaço de esquecimento e silêncios” (Oliva 2007). Na grande mídia brasileira,<sup>20</sup> as relações com países africanos, no primeiro mandato (2003-2007) do governo Lula, foram vistas de maneira crítica principalmente a reabertura de embaixadas e o pouco entusiasmo nesse comércio. Já no segundo mandato (2007-2010), diminuíram as críticas diante do crescimento exponencial do comércio e das oportunidades de investimento beneficiando os empresários nacionais (Patriota 2011). Nos Manuais do Candidato ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD)<sup>21</sup> do Instituto Rio Branco, as bibliografias sobre assuntos africanos, desde 1997 a 2013, foram numericamente inexpressivas e tematicamente generalistas.

Para se tratar da História Mundial e Contemporânea relacionado à África foi indicado o autor Roland Oliver (1923 - 2014), com o livro: *A experiência africana da pré-história aos dias atuais* (1994). Embora o compromisso fosse “[...] até os dias atuais”, o mesmo predominou como referência sobre o continente até o ano de 2004, quando foi adicionada a obra *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior do Brasil* (1996) de Sombra Saraiva. Era possível também no mesmo período, a obtenção de valiosas bibliografias africanas sobre assuntos diversos, inclusive a Coleção História Geral da África da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), editadas em francês, inglês e árabe, entre as décadas de 1980 e 1990.

Demorou bastante tempo para que esforços de vários intelectuais, pesquisadores, políticos e outros agentes surtisse efeito no sentido de ler, escrever, apresentar e de relacionar com uma África não estereotipada. Os avanços presenciados foram graças a enfrentamentos, denúncias e lutas de movimentos negros, intelectuais e de demais agentes envolvidos no tema, tornando-se, desta forma, inadiável a construção de Políticas Afirmativas e outras medidas governamentais que pudessem diminuir as desigualdades

---

<sup>19</sup> Para Anderson Oliva este esquecimento é explicado por fatores de ordem interna nomeadamente de teorias raciais europeias para sustentar a construção da identidade brasileira e de ordem externa estabelecimento de domínios coloniais e seu reflexo no período pós-independência com governos ditatoriais.

<sup>20</sup> Grupo Abril, Globo, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo.

<sup>21</sup> “Editais e Guias de Estudo” Disponível em: [http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/editais\\_e\\_guias\\_de\\_estudo.xml](http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/editais_e_guias_de_estudo.xml).

sociais e econômicas entre as populações branca e negra; assim como o fomento e criação de leis que considerariam crimes os atos de discriminação por raça e cor.

Em 2004, o diplomata aposentado, Manoel Pio Corrêa afirmara, entretanto, que “o Itamaraty não é um instrumento de distribuição de justiça social”, alegando que “não é não é função do Estado facilitar a candidatos os meios de preparar-se para esses concursos”<sup>22</sup>. Porém, ao saber que a população negra foi historicamente excluída do sistema produtivo com anuência do Estado, configurando um racismo institucional<sup>23</sup>, “este fato dá legitimidade às políticas de ação afirmativa na atualidade” (López 2012:124).

O primeiro embaixador negro de carreira foi Benedicto Fonseca Filho, nomeado em 2010, na gestão do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (2003 - 2010) que, no âmbito do governo Lula, incentivou maior presença de negros e mulheres no ministério e na representação diplomática brasileira (Gobo 2018: 455). Durante o depoimento<sup>24</sup> à Folha de S. Paulo, Benedicto defendeu a necessidade de ações afirmativas e como estas proporcionam condições adequadas para a preparação de candidatos afrodescendentes a concursos e espaços até então reservados às elites. Ele trabalhou nas embaixadas brasileiras em Buenos Aires, Tel Aviv e Nova York e em 2011 ocupou a chefia do departamento de Ciência e Tecnologia do ministério e se lembra do entusiasmo do pai quando prestou o concurso em 1985 e havia sido aprovado e classificado em segundo lugar. No depoimento Benedicto defende as cotas, especialmente nas universidades, capazes de produzirem “uma diversidade salutar.” O embaixador lembra também o orgulho dos diplomatas de outros países quando se encontraram nas Nações Unidas em 2004, afirmando que é a primeira vez que viam um diplomata negro na delegação brasileira.

A ideia de explorar a diversidade não era apenas para (re) tratar um problema racial e social do país, havia uma percepção de que o Brasil ganharia maior credibilidade, legitimidade e liderança nesses temas. Em 2015, durante o discurso do orador de turma, João Lucas Santana - bolsista do programa afirmativa, afirmou: Somos muitos e falamos

---

<sup>22</sup> Disponível em: [http://www.observa.ifcs.ufrj.br/bibliografia/artigos\\_jornais/mpiocorrea.htm](http://www.observa.ifcs.ufrj.br/bibliografia/artigos_jornais/mpiocorrea.htm)

<sup>23</sup> De acordo com o Programa de Combate ao Racismo Institucional (2006: 22) “O racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância.”

<sup>24</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0601201107.htm>.

com diversos sotaques. [...] Somos pretos, brancos e pardos. [...] Isso é bom o Brasil e isso é bom para o Itamaraty (Santana 2015)<sup>25</sup>

## **Conclusão**

Esse artigo visou analisar a dimensão cultural na política africana do Brasil, com a intenção de examinar como a cultura, no seu sentido amplo, foi tratada por diferentes governos brasileiros nas suas relações com os países africanos. As relações Brasil-África se iniciaram com o descobrimento do Brasil (Séc. XV) e foram intensas por vários séculos (até Séc. XIX). Durante este período, África e Brasil formaram um espaço relativamente integrado em razão do tráfico negreiro, intercâmbio de mercadorias, ideias, pessoas e diálogos políticos. Estes constituíram laços histórico-culturais que fundamentaram a política africana do Brasil.

A política africana do Brasil foi implementada no governo Jânio Quadros a partir desse laço histórico-culturais. Na altura, ela foi definida como um instrumento contra o colonialismo e o racismo. Apesar disso, a sua implementação enfrentou diversas dificuldades, em razão do pouco conhecimento do Brasil sobre as dinâmicas geográficas e políticas africanas e da resistência interna que preferia relações com as nações europeias e os Estados Unidos. Nas décadas subsequentes, os países africanos ondularam na agenda da política externa, conforme as orientações políticas e as potencialidades comerciais africanas para o Brasil. A dimensão cultural continuou sendo usado como um instrumento importante para se inserir no continente africano e conformar interesses nacionais.

Durante o governo Lula, fortalece-se a política africana do Brasil aproveitando-se do acumulado histórico e explorando significativamente a dimensão cultural para benefícios brasileiros e africanos. Esse governo entendia que África e Brasil apresentavam problemas semelhantes que seriam resolvidas através da solidariedade e ações concretas. Por isso, foram elaboradas políticas domésticas a favor da população negra e externamente ações econômicas, financeiras, políticas e cooperativas com as nações africanas.

Os legados das culturas africanas no Brasil e a presença do negro brasileiro em espaços privilegiados às elites demandam valorização e lutas contínuas para construção de uma sociedade autenticamente democrática. Assim como a promoção de uma política

---

<sup>25</sup> Disponível em: [www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10789%3A](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10789%3A)

africana em que se possa observar a consistência da dimensão cultural sempre proferida nos discursos dos governos brasileiros.

### Obras citadas

- Alberto, Paulina L. (2011) Para africano ver: intercâmbios africano-baianos na reinvenção da democracia racial, 1961-63. *Afro-Ásia*, 44.
- Alves, Tiago João José. (2016) História da África a partir dos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal: os casos de Angola e de Moçambique. In: Paula, Simoni Mendes de; Correa, Sílvio Marcus de Souza. (Orgs.). *Nossa África: Ensino e Pesquisa*. São Leopoldo: Oikos.
- Cardoso, Fernando Henrique. (2008) *Mãos à obra, Brasil: proposta de governo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social.
- Cervo, Amado Luiz, Bueno, Clodoaldo. (2002) *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília.
- Da Silva, Luiz Inácio Lula. (2004) *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário Empresarial Brasil-Cabo Verde: Comércio e Investimentos*. Brasília: Biblioteca da Presidência.
- Da Silva, Luiz Inácio Lula. (2006) *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente de Gana, John Agyekum Kufuor Palácio do Planalto, 10 de julho de 2006*. Brasília: Biblioteca da Presidência.
- Dantas, Raymundo Souza. (1965) *África Difícil*. Rio de Janeiro: Editôra Leitura S/A. 1965.
- Dávila, Jerry. (2011) *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra.
- Dumont, Juliette; Fléchet Anaïs. (2014) “Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 67: 203-221.
- Gala, Irene Vida. (2007) *A política externa do governo Lula para a África: a política externa como instrumento de ação afirmativa...ainda que não só*. Brasília: Instituto do Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores.
- Gobo, Karla. (2018) Da Exclusão à Inclusão Consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. *Política & Sociedade*. Florianópolis, Vol. 17, nº 38.
- Hill, Christopher. (2003) *The changing politics of foreign policy*. New York: Palgrave Macmillan.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea. (2013) *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010*. Brasília: IPEA/ABC.
- Khalil; Suhayla; Alves, Vágner, Camilo. (2014) Ideias e política externa: as relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o governo Castelo Branco. *Contexto Internacional*, vol. 36 nº.2.

- Lechini, Gladys. (2008) "O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty". *Nueva Sociedad*, 2008, 55-71.
- Lima, Maria Regina Soares de. (2000) Instituições democráticas e política exterior. *Contexto Internacional*, vol. 22, n° 2.
- López, L.C. (2012) The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. *Interface - Comunicação Saúde Educação*, v.16, n.40: 121-34.
- Matos, Pedro Andrade. (2017) *Nunca antes na história deste país". A cooperação brasileira (2003-2010) para África do Sul, Nigéria, Angola e Cabo Verde*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (tese).
- Melo Franco, Afonso Arinos. (2007) "Discurso de posse do ministro das relações exteriores." In: Franco, Álvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente*, vol.1, 1961. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Menezes, Adolpho Justo Bezerra de. (2012) *O Brasil e o mundo ágio-africano*. Brasília: FUNAG.
- Ministério das Relações Exteriores. *Diplomacia Cultural*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural-mre/19484-diplomacia-cultural>>.
- Ministério das Relações Exteriores. PEC-G: Histórico do programa. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>>.
- Oliva, Anderson Ribeiro. (2007) "O espelho africano em pedaços: diálogos entre as representações da África no imaginário escolar e os livros didáticos de história, um estudo de caso no recôncavo baiano". *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, vol. 1 (1).
- Oliveira, Henrique Altemani de, Lessa, Antônio Carlos (Orgs.). (2006) *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva.
- Patriota, Thomas Cooper. (2011) *Les relations Brésil/Afrique sous les gouvernements Lula (2003-2010)*. Paris: Institut Français des Relations Internationales.
- Penna Filho, Pio. (2006) A evolução da política africana do Brasil contemporâneo. In: *Anais I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: nossa história com todas as letras*. Mariana: Editora UFOP.
- Pereira, Daniel. (2011) *Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil*. Brasília: FUNAG.
- Plano de Governo. (2007) *Lula presidente - plano de governo 2007 / 2010*. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_governo.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_governo.pdf).
- Quadros Jânio. (2006) "Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores (1961)." In: Franco, Álvaro da Costa (Ed.). *Cadernos do centro de história e documentação diplomática*, ano V, n° 8. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de História e Documentação Diplomática.

- Quadros, Jânio. (2007) "Mensagem presidencial ao Congresso Nacional, circular nº 3.863 de 1961." In: Franco, Álvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente*, vol.1. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, documento 5.
- Ribeiro, Cláudio Oliveira. (2007) "Brasil-África: Notas sobre a Política Externa e Comercio Exterior". *Afro-Ásia*, 35: 281-314.
- Ribeiro, Edgard Telles. (2011) *Diplomacia cultura e seu papel na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG.
- Rodrigues, André Figueiredo. (2011) Degredados e reerguidos: mesmo expulsos do Brasil, alguns inconfindentes conseguiram reconstruir suas vidas com sucesso. *Revista de História*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, ano 6, n. 67, p. 24-25.
- Rodrigues, José Honório. (1982) *Brasil e África: Outro Horizonte*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Rossi, Amanda. (2015) *Moçambique, o Brasil é aqui* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, Vanicléia Silva. (2012) "Apresentação História da África no Brasil: Ensino e Historiografia". *Temporalidades*, vol. 4. nº 2.
- Saraiva, José Flávio Sombra. (1993) "Construção e desconstrução do discurso na política africana do Brasil". *Revista de Informação Legislativa-Senado Federal*, nº 118: 219-236.
- \_\_\_\_\_. (1996). *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_. (2011). *África parceira do Brasil Atlântico: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- Schlickmann, Mariana. (2016) A trajetória dos estudos africanos no Brasil:1930 a 1980. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 8, n.1.
- Silva, Alberto da Costa e. (2011) Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Silveira, Azeredo Antônio Francisco da. (2015) "Depoimentos." In: Moreira Lima, Sérgio Eduardo, Santos, Luís Cláudio Villafañe G. (Orgs.). *Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos /Part. II (159-164)*. Brasília: FUNAG.
- Verger, Pierre. (2002) *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio.
- Vigevani, Tullo, Cepaluni, Gabriel. (2007) "A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação". *Contexto Internacional*, vol. 29, nº 2.
- World Bank; Ipea. (2011) *Bridging the Atlantic: Brazil and Sub-Saharan Africa south-south partnering for growth*. Brasília: IPEA.